

 <b>CÂMARA DOS DEPUTADOS</b>	<b>EMENDA Nº</b>  

<b>PROPOSIÇÃO</b>	<b>CLASSIFICAÇÃO</b>
<b>PEC 0041/2003</b>	<input type="checkbox"/> SUPRESSIVA <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVA <input checked="" type="checkbox"/> ADITIVA <input type="checkbox"/> AGLUTINATIVA <input type="checkbox"/> MODIFICATIVA    -----

<b>COMISSÃO ESPECIAL</b>			
<b>AUTOR</b>	<b>PARTIDO</b>	<b>UF</b>	<b>PÁGINA</b>
<b>DEPUTADO MIGUEL DE SOUZA</b>	<b>PL</b>	<b>RO</b>	<b>1/1</b>

<p align="center"><b>TEXTO / JUSTIFICAÇÃO</b></p> <p><i>Acréscete-se inciso ao § 14 do artigo 195, conforme redação abaixo:</i></p> <p><i>Art. 195 ...</i></p> <p><i>§ 14 ....</i></p> <p><i>III – terá seu pagamento dedutível do devido na apuração do imposto de renda da pessoa jurídica.</i></p> <p><i>.....</i></p> <p align="center"><b>Justificativa</b></p> <p>A CPMF é um tributo perverso para a economia, para a produção e para o emprego. Diz-se ser necessária sua permanência ante o papel que desempenha na fiscalização de outros tributos e na tributação da economia informal.</p> <p>A proposta ora trazida visa evitar que o justo pague pelo pecador, que o contribuinte regular seja onerado pela CPMF da mesma forma que o sonegador. Ao permitir que a CPMF seja compensável, o contribuinte que declara seus ganhos a terá como uma antecipação do pagamento, impactando menos sua estrutura, sem que as supostas vantagens desse imposto sejam retiradas.</p>
---

<b>Brasília,      de junho de 2003</b>	<b>Deputado MIGUEL DE SOUZA</b>
--	---------------------------------